

PERCURSOS NO ENSINO SUPERIOR

Situação após quatro anos dos alunos inscritos em licenciaturas de três anos



FICHA TÉCNICA

Título

Percursos no ensino superior: situação após quatro anos dos alunos inscritos em licenciaturas de três anos

Autores

Patrícia Engrácia e João Oliveira Baptista
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

Edição

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
Av. 24 de Julho, n.º 134
1399-054 Lisboa
Tel.: (+351) 213 949 200
E-mail: dgeec.eeec@dgeec.mec.pt
URL: <http://www.dgeec.mec.pt>

Outros estudos da DGEEC sobre Educação e Ensino Superior estão disponíveis em:

<http://www.dgeec.mec.pt/np4/61/>

<http://www.dgeec.mec.pt/np4/62/>

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
SITUAÇÃO APÓS 4 ANOS DOS ALUNOS INSCRITOS EM LICENCIATURAS DE 3 ANOS:	
Dados por subsistema de ensino superior	3
Dados por regime de ingresso	4
Dados por nota de ingresso	6
Dados por opção de ingresso.....	8
Dados por área de formação	10
Alunos deslocados	14
Dados por sexo	16
Dados por nível de escolaridade dos pais.....	18
ANEXOS: tabelas	21
NOTA METODOLÓGICA.....	25

INTRODUÇÃO

Nesta publicação apresentam-se os principais resultados de um estudo, realizado pela DGEEC, sobre o trajeto no ensino superior dos alunos que ingressaram em cursos de licenciatura com a duração teórica de três anos. O percurso académico destes alunos foi acompanhado durante os quatro anos subsequentes ao ingresso, no decorrer dos quais muitos destes alunos conseguiram concluir com sucesso as licenciaturas em que inicialmente se inscreveram, enquanto outros não. O objetivo do estudo foi medir quantitativamente as taxas de sucesso e determinar alguns dos fatores que mais as influenciam, positiva ou negativamente.

Mais precisamente, tomando todos os alunos que, no ano letivo 2011/12, se inscreveram no 1.º ano, pela 1.ª vez, em cursos de licenciatura com duração teórica de três anos, seguimos o seu trajeto individual ao longo dos quatro anos seguintes, até 2014/15. Passados estes quatro anos, classificámos a situação de cada aluno numa das seguintes quatro possibilidades:

- a. Estava já diplomado no curso em que se havia inscrito inicialmente;
- b. Não estava diplomado mas continuava inscrito no mesmo curso;
- c. Não estava diplomado nem inscrito no curso inicial, mas estava inscrito noutra curso superior;
- d. Não estava diplomado no curso inicial nem estava inscrito no ensino superior português.

Ao longo desta publicação a situação **c** será designada, abreviadamente, por situação de transferência, enquanto a situação **d** será designada por abandono do ensino superior português¹.

Em termos de resultados obtidos, os principais valores a nível nacional indicam que, volvidos quatro anos da inscrição inicial, 46% dos alunos tinham concluído a sua licenciatura; 14% continuavam inscritos no curso sem o terem ainda concluído; 11% continuavam inscritos no ensino superior, mas tinham optado por mudar de curso; finalmente, 29% dos alunos não se encontravam em nenhuma das situações anteriores, não se tendo diplomado e não tendo sido encontrados, passados quatro anos, no ensino superior português. Em suma, apenas cerca de metade dos alunos que se inscreveram em licenciaturas de três anos conseguiram concluí-las dentro dos primeiros quatro anos de estudos, e mais de um em cada quatro alunos abandonaram o ensino superior algures neste período de tempo. Será interessante, para o futuro, monitorizar a evolução temporal destes indicadores globais de (in)sucesso académico, para perceber até que ponto os números relativos às novas coortes de alunos, com entrada mais recente no sistema de ensino superior, poderão ou não ter melhorado face aos números da coorte de estudantes matriculados entre 2011/12 e 2014/15, o período mais marcado da recente crise económica em Portugal.

Em todo o caso, mesmo que ainda só disponhamos de dados relativos a uma coorte anual de alunos, é uma tarefa de grande relevância estudar estes primeiros dados, analisando as taxas de sucesso, de transferência e de abandono dos alunos do ensino superior português. É importante, sobretudo, estudar os diversos

¹ É importante notar que a situação **d** incluirá também casos em que o estudante, não estando inscrito no ensino superior português, continuou os seus estudos superiores algures no estrangeiro, e casos em que o aluno não foi encontrado como inscrito no ensino superior por razões puramente técnicas, relacionadas com incorreções de reporte dos dados de identificação do aluno. É nossa expectativa, contudo, que os casos referidos representem frações marginais do universo total de alunos considerados (ver a nota metodológica no final da publicação).

fatores passíveis de influenciar, com maior ou menor força, o percurso académico dos alunos, para assim procurar estratégias que permitam maximizar o seu sucesso. No âmbito do presente estudo, analisámos como as taxas de sucesso e de abandono variam segundo os seguintes sete parâmetros:

1. Subsistema de ensino superior em que o aluno está matriculado;
2. Regime de ingresso utilizado pelo aluno para entrar no ensino superior;
3. Classificação de ingresso do aluno no concurso nacional de acesso;
4. Opção de ingresso do aluno no concurso nacional de acesso;
5. Área disciplinar do curso em que o aluno se inscreveu;
6. Condição de deslocação do aluno da sua região original de residência;
7. Sexo do aluno;
8. Nível de escolaridade dos pais do aluno.

Os resultados obtidos são apresentados nos vários gráficos distribuídos pelas oito principais secções da publicação. No anexo final são apresentados os quadros numéricos subjacentes aos gráficos iniciais. Esperamos que estes novos dados estatísticos contribuam para uma discussão pública mais informada e profícua sobre o sucesso académico no ensino superior português.

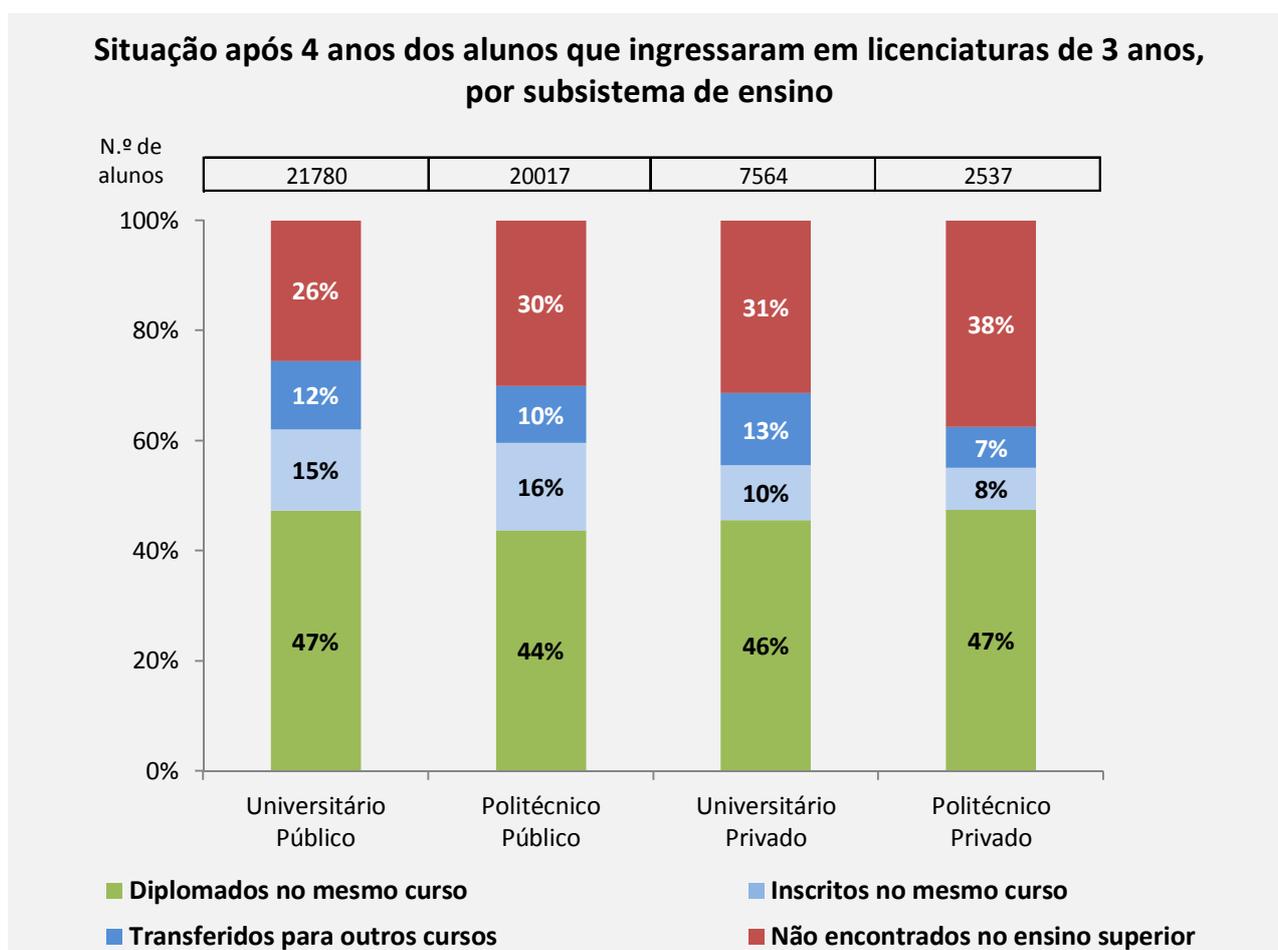
Antes de terminar esta introdução, cumpre referir alguns pontos metodológicos importantes sobre o universo de alunos em estudo. Em primeiro lugar, assinala-se que nos apuramentos nunca foram considerados os alunos inscritos em cursos de ensino militar e policial, pois estes são cursos com uma estrutura distinta da dos restantes. Além disso, excetuando a análise apresentada na secção 1, em que foram considerados os alunos dos dois subsistemas de ensino superior, público e privado, nas análises apresentadas nas restantes secções centrámo-nos apenas nos alunos que frequentaram instituições públicas de ensino superior. Assim, quando comparamos as taxas de sucesso dos alunos que entraram no ensino superior pelos diferentes regimes de ingresso (secção 2), estamos a comparar apenas os regimes de ingresso existentes no ensino público. Por fim, nas análises das secções 3 a 8 da publicação, as taxas de sucesso e de abandono apresentadas referem-se apenas aos alunos que entraram para o subsistema público de ensino superior através do concurso nacional de acesso (CNA) – a grande maioria dos alunos – não abarcando os alunos que entraram pelos regimes especiais. Estas restrições do universo em estudo aumentam a comparabilidade e facilitam a interpretação final dos resultados obtidos, pois os alunos que entram pelos regimes especiais têm trajetos significativamente diferentes dos dos restantes. Por exemplo, ao estudar a influência da escolaridade dos pais nas taxas de abandono, convém separar o caso dos alunos jovens que entram pelo concurso nacional de acesso, do caso dos alunos mais velhos que entram pelos regimes especiais para maiores de 23 anos e para indivíduos já titulares de cursos superiores. Mais detalhes sobre a metodologia utilizada nos apuramentos podem ser encontrados na nota metodológica final.

Finalmente, refere-se que os dados utilizados neste estudo foram, exclusivamente, os reportados pelas instituições de ensino superior à DGEEC através do inquérito *Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES)*.

DADOS POR SUBSISTEMA DE ENSINO SUPERIOR

O primeiro gráfico da publicação apresenta uma comparação da situação após quatro anos dos alunos que ingressaram nos quatro principais subsistemas de ensino superior, distinguindo-se entre ensino universitário e ensino politécnico, e entre instituições públicas e privadas. Como referido na introdução, não foram considerados os alunos inscritos no subsistema formado pelas instituições de ensino militar ou policial.

GRÁFICO 1:



O principal resultado, visível no gráfico 1, é o facto de a percentagem de alunos que, ao fim de 4 anos, já se encontravam diplomados, ser bastante semelhante nos quatro subsistemas considerados, rondando os 45%. Portanto, entre todos os alunos que ingressaram em cursos de licenciatura, com duração teórica de três anos, no ano letivo 2011/12, menos de metade terminaram o seu curso nos quatro anos seguintes.

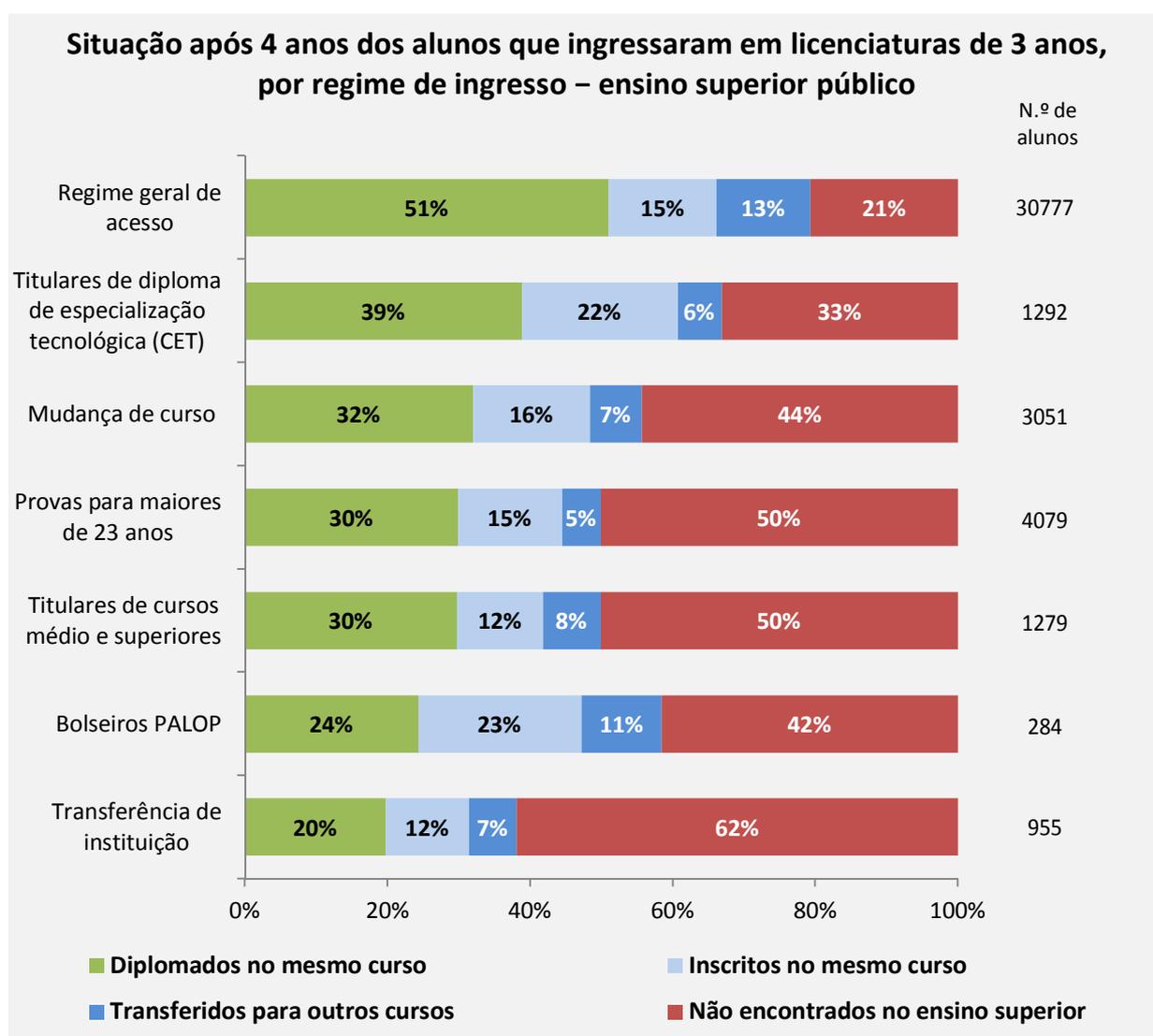
Embora a percentagem de conclusões em quatro anos seja semelhante nos quatro subsistemas de ensino, as outras situações possíveis ocorrem com uma frequência mais dependente do subsistema em causa. Em particular, observa-se que a percentagem de abandonos durante os quatro anos tende a ser superior no ensino politécnico face ao ensino universitário e nas instituições privadas face às instituições públicas.

DADOS POR REGIME DE INGRESSO ²

Uma característica muito relevante do ensino superior português é o facto de os seus alunos formarem um corpo relativamente heterogéneo, constituído por indivíduos de idades diferentes que, além disso, chegaram ao ensino superior por vias de acesso distintas. É evidente que a forma de ingresso dominante para os alunos jovens é o regime geral de acesso, todavia, muitos outros alunos, geralmente um pouco mais velhos, ingressam nos seus cursos por outras vias, como sendo o regime especial para maiores de 23 anos, por transferência de outros cursos superiores, através dos regimes especiais para titulares de diplomas superiores ou de diplomas de cursos de especialização tecnológica (CET), etc.

Nesta secção procuramos perceber de que forma o trajeto dos alunos no ensino superior depende da sua via de entrada original. Os resultados são apresentados no gráfico 2.

GRÁFICO 2:



² Os dados apresentados nesta secção referem-se apenas aos alunos que ingressaram no ensino superior público.

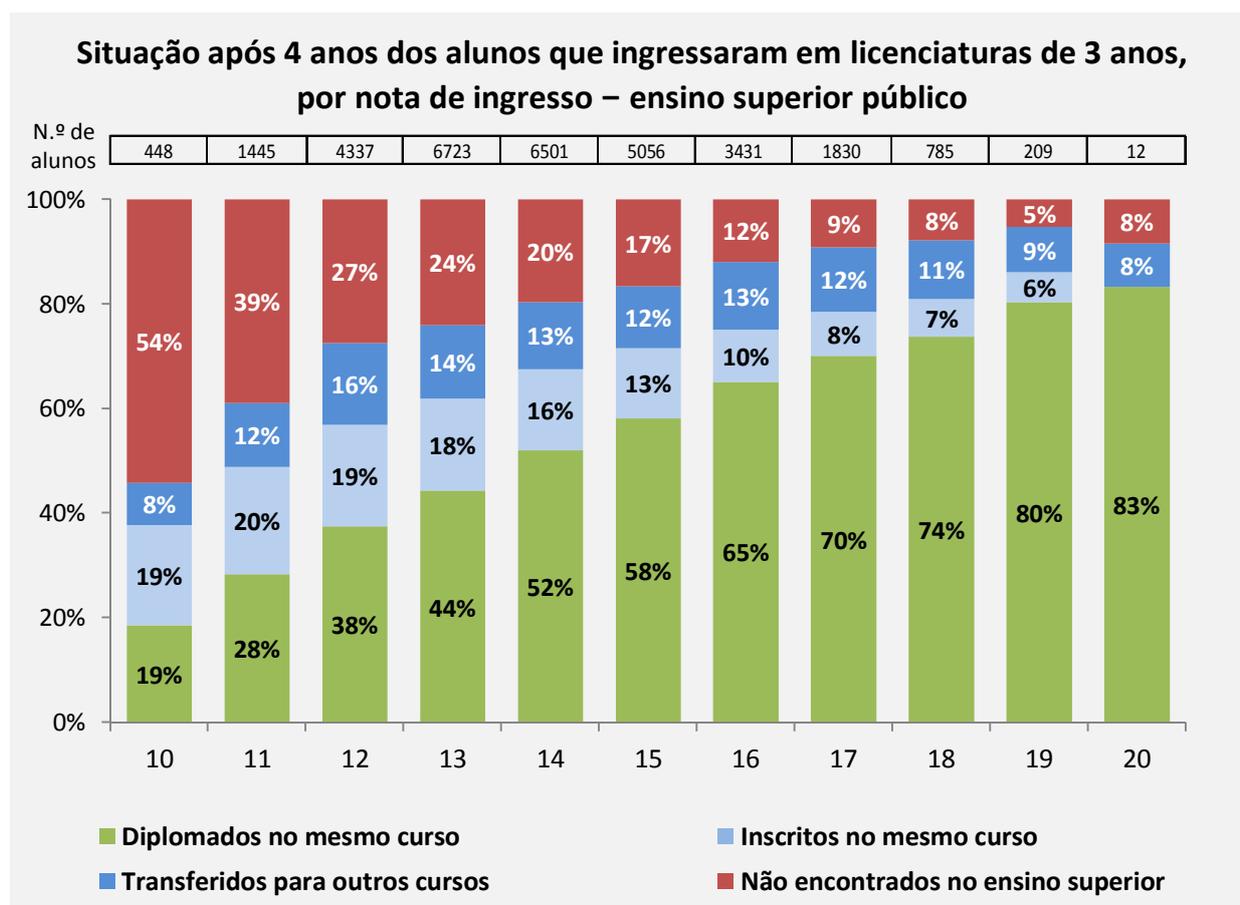
Uma rápida análise do gráfico confirma que, de facto, o trajeto dos alunos no Superior é muito diferente para os alunos que ingressaram por vias distintas. Enquanto cerca de metade dos alunos que ingressaram através do regime geral de acesso em licenciaturas de três anos, em 2011/12, já tinham concluído o seu curso passados quatro anos, só 30% dos seus colegas que ingressaram através do regime especial para maiores de 23 conseguiram o mesmo feito. A percentagem de alunos diplomados ao fim de quatro anos desce ainda mais quando consideramos os alunos que ingressaram através dos regimes especiais para bolseiros dos PALOP ou os alunos que se transferem para o curso oriundos de outras instituições de ensino superior.

A dependência do regime de ingresso é ainda maior quando olhamos para as taxas de abandono nos quatro anos. Para os que utilizaram o regime geral de acesso em 2011/12, temos que cerca de um em cada cinco alunos (21%) abandonaram o ensino superior sem terem concluído o seu curso. A mesma proporção de abandonos em quatro anos sobe para um em cada dois alunos (50%) quando nos centramos nos ingressos através do regime dedicado a maiores de 23 anos, e sobe ainda mais, para quase dois em cada três alunos, quando consideramos os alunos que se transferem para o curso oriundos de outras instituições.

DADOS POR NOTA DE INGRESSO³

É importante analisar se os níveis de abandono no ensino superior estão relacionados com eventuais dificuldades escolares dos alunos. Uma forma de abordar a questão é comparar as taxas de abandono - e, já agora, as percentagens de conclusões em quatro anos – entre os alunos que ingressaram no ensino superior com diferentes classificações de ingresso no concurso nacional de acesso. Se a taxa de abandono dos alunos que ingressaram com classificações mais baixas for significativamente superior à dos seus colegas que ingressaram com classificações altas, então é razoável inferir que as dificuldades escolares poderão ser uma das causas de abandono. Se, além disso, esta dependência direta da nota de entrada for muito forte – mais forte do que, por exemplo, a dependência direta do nível socioeconómico do agregado familiar do aluno – então teremos uma indicação de que a principal causa do abandono no ensino superior serão as dificuldades escolares dos alunos, não obstante a existência de outras causas importantes, como as dificuldades económicas. Ora, analisando o gráfico 3, isto aparenta ser precisamente o que se passa.

GRÁFICO 3:



³ Os dados desta secção referem-se apenas aos alunos que ingressaram no ensino superior público através no CNA.

É impressionante constatar a regularidade e a força com que as taxas de abandono e de conclusão dos cursos dependem da classificação do aluno à entrada do ensino superior. Entre os alunos que ingressaram com classificação 10 no concurso nacional de acesso de 2011, apenas 19% tinham concluído a sua licenciatura passados quatro anos, enquanto 54% tinham abandonado o ensino superior algures durante este período. Se considerarmos os seus colegas que ingressaram com classificação 14, estas proporções já se invertem, com taxas de abandono muito inferiores às de conclusão. Se formos mais adiante, aos alunos que ingressaram com 18 valores, então temos 74% de conclusões ao longo dos quatro anos e apenas 8% de abandonos nesse período. Estes números não deixam grandes dúvidas sobre a importância do nível de preparação escolar dos alunos para o seu posterior sucesso no ensino superior.

Apesar da força da correlação entre classificação de ingresso e indicadores de sucesso no ensino superior, é importante sublinhar que estes são valores médios para grandes populações de alunos. Em particular, os dados não implicam de todo que, ao nível individual de cada aluno, a nota de ingresso pré-determine, fatalmente, o seu futuro sucesso ou insucesso no ensino superior. Tratam-se apenas de probabilidades globais de sucesso que, embora importantes, têm inúmeras e saudáveis exceções, como os próprios dados mostram.

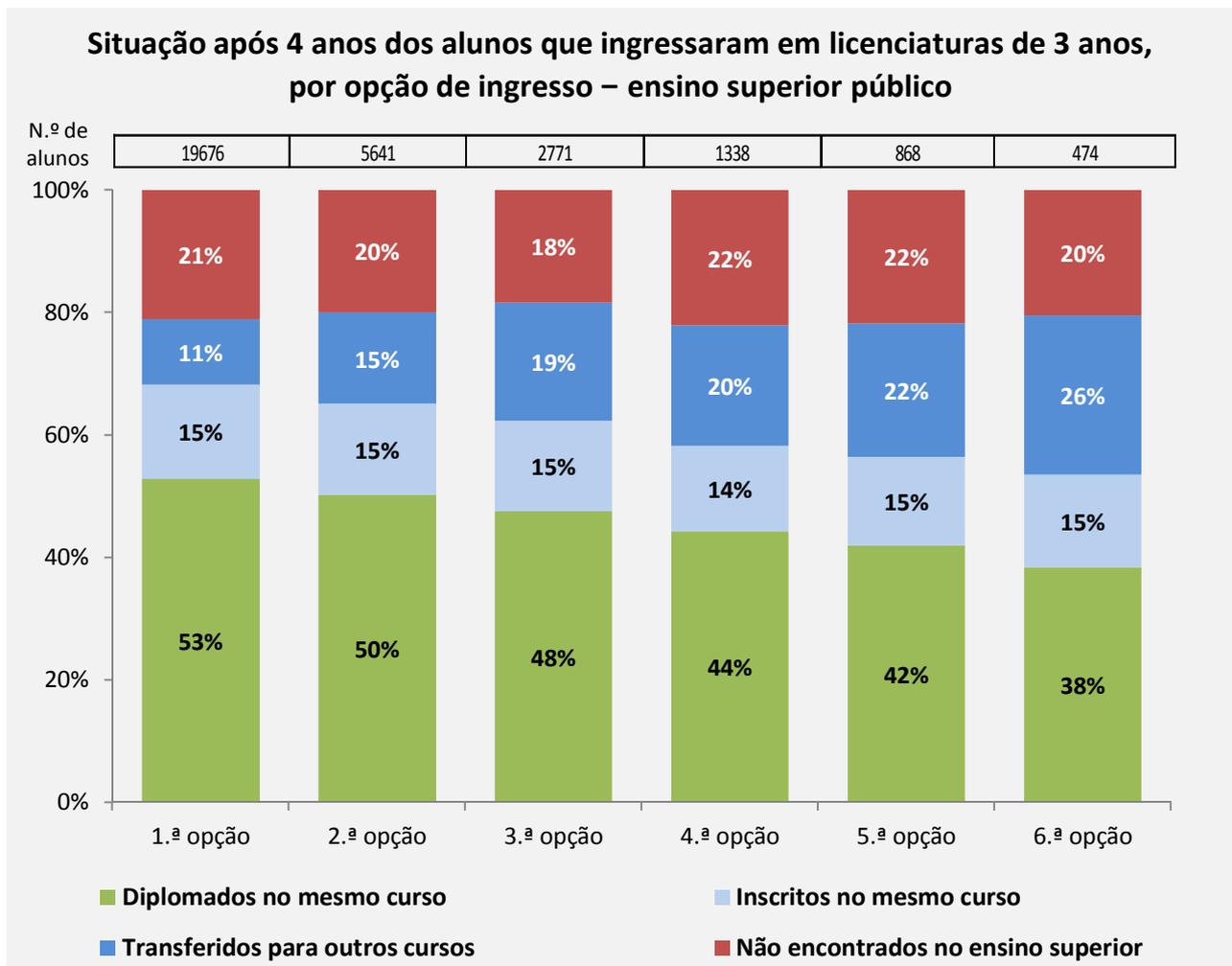
A relevância das dificuldades escolares à entrada enquanto fator determinante do sucesso dos alunos no Superior oferece às instituições de ensino superior (IES) – por missão, instituições de ensino, portanto em melhores condições de combater as dificuldades escolares do que instituições de qualquer outra natureza – uma boa oportunidade para procurar mitigar o insucesso e o abandono. Um aluno que ingresse numa IES com classificação de 10 ou 11 tem, logo à partida, um risco de insucesso merecedor de uma sinalização e monitorização mais próximas do seu progresso, o que na realidade nem sempre acontece. Esta margem de intervenção por parte das IES seria muito mais reduzida se, por hipótese, a causa exclusiva do abandono residisse nas dificuldades económicas dos alunos, já que a intervenção financeira não é a vocação primeira das IES.

Por outro lado, a relevância do nível escolar dos alunos à entrada para o seu futuro sucesso no ensino superior torna também muito explícita a importância de existir um trabalho sólido de preparação escolar dos alunos ao longo do ensino secundário.

DADOS POR OPÇÃO DE INGRESSO⁴

A par com a classificação de ingresso, outro fator frequentemente apontado como um potencial determinante do sucesso de um aluno no ensino superior é a sua opção de ingresso, ou seja, o facto de o aluno ter ou não entrado nos cursos que indicou como primeiras escolhas na sua candidatura ao concurso nacional de acesso. É plausível que um aluno que ingresse num curso indicado como sexta opção no concurso tenha, globalmente, menor motivação para enfrentar os desafios do curso, e portanto maior probabilidade de insucesso, do que um aluno que tenha ingressado, em primeira opção, no seu curso de eleição. Uma primeira avaliação deste argumento resulta da análise do gráfico 4, imediatamente abaixo.

GRÁFICO 4



O primeiro facto importante é que as taxas de abandono aparentam ser relativamente independentes da opção de ingresso em que o aluno ficou colocado. Portanto entrar no ensino superior em sexta opção não leva, em média, a uma maior probabilidade de abandono futuro do que entrar em primeira opção. Um facto que, à partida, não seria óbvio.

⁴ Os dados desta secção referem-se apenas aos alunos que ingressaram no ensino superior público através no CNA.

Entrar em sexta opção leva, isso sim, a uma maior probabilidade de futura transferência para outro curso, o que é bastante compreensível. Entre os alunos que entraram em sexta opção, em licenciaturas de três anos, através do concurso nacional de acesso de 2011, cerca de um quarto (26%) transferiram-se para outro curso algures nos quatro anos seguintes. Entre os seus colegas que entraram em primeira opção, só um em cada dez (11%) optou por mudar de curso.

A percentagem de conclusões em quatro anos é também dependente da opção de ingresso, havendo uma maior taxa de conclusão quando os alunos entram nos seus cursos de eleição. Todavia, como a proporção de alunos que continuam inscritos no curso passados quatro anos é praticamente independente da opção de ingresso, reconhece-se que, para os alunos que entram nas suas últimas opções, a menor percentagem de conclusões é essencialmente devida ao maior número de transferências para outros cursos, e não, necessariamente, devida a níveis mais elevados de insucesso no curso.

DADOS POR ÁREA DE FORMAÇÃO⁵

Uma das principais surpresas do presente exercício de seguimento do trajeto dos alunos no ensino superior, durante quatro anos, foi a dependência extremamente forte que encontrámos entre este trajeto e a área disciplinar do curso em que o aluno inicialmente se inscreveu. Dependendo da área disciplinar em causa, as taxas de abandono e as percentagens de conclusões em quatro anos variam imenso. Embora fosse expectável uma variação significativa entre áreas, o que na realidade encontrámos foi muito além do antecipado.

Por exemplo para as licenciaturas de três anos na área dos Serviços Sociais – que incluem cursos como Educação Social, Serviço Social ou Animação Sociocultural – constatámos que 75% dos alunos que nelas entraram em 2011/12 tinham já obtido o seu diploma, passados quatro anos, no ano letivo 2014/15. Ao invés, se considerarmos as licenciaturas de três anos na área de Informática, apenas 22% dos alunos conseguiram concluir o curso em quatro anos, portanto menos de um terço da percentagem observada entre os seus colegas de Serviços Sociais. Esta disparidade é extremamente elevada.

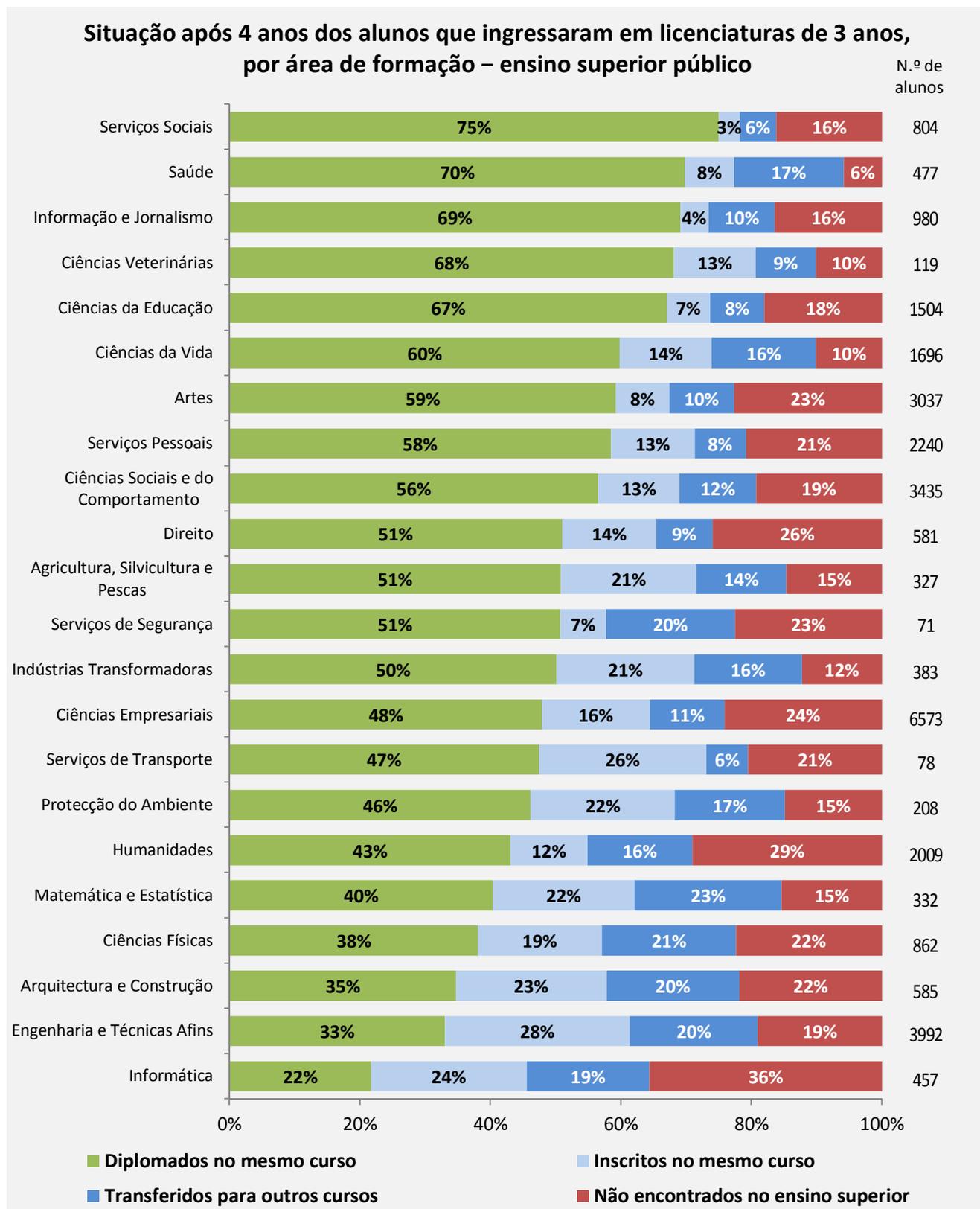
Além da Informática, as áreas de formação em que os alunos menos conseguiram concluir as suas licenciaturas em quatro anos foram as das Engenharias⁶, da Arquitetura e Construção e das Ciências Físicas, com percentagens de conclusão entre os 33% e os 38%. Estas são áreas caracterizadas por taxas de abandono significativas, na casa dos 20%, elevadas taxas de transferências, também da ordem dos 20%, e números substanciais de alunos que continuam inscritos nos seus cursos iniciais, passados quatro anos, sem os terem concluído.

No extremo oposto do espectro, além da já referida área dos Serviços Sociais, encontramos as áreas da Saúde⁶, da Informação e Jornalismo, das Ciências Veterinárias e das Ciências da Educação, todas com elevadas percentagens de conclusão passados quatro anos, com valores entre os 67% e os 70%. Note-se todavia que, apesar de muitos alunos terem concluído os cursos destas áreas passados quatro anos, as respetivas taxas de abandono nem sempre são reduzidas, embora inferiores às das áreas do parágrafo anterior. Neste segundo conjunto de áreas observa-se também que as taxas de transferências para outros cursos são geralmente baixas, especialmente entre os alunos de Serviços Sociais. Acima de tudo, constata-se que as áreas de Serviços Sociais, Saúde, Informação e Jornalismo, Ciências Veterinárias e Ciências da Educação quase não têm alunos ainda inscritos nos cursos, passados quatro anos, sem terem obtido o seu diploma. Portanto, nestas últimas áreas disciplinares, quem não abandona o ensino superior nem se transfere para outro curso consegue, quase sempre, concluir a licenciatura em três ou quatro anos, o que não é de todo verdade em Informática, Engenharia e restantes áreas disciplinares do parágrafo anterior.

⁵ Os dados desta secção referem-se apenas aos alunos que ingressaram no ensino superior público através no CNA. As áreas disciplinares apresentadas são as da Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF) de 2005.

⁶ Recorde-se que, no presente estudo, apenas são analisados os trajetos dos alunos que ingressaram em licenciaturas de três anos. Em Portugal, muitos dos cursos superiores da área das Engenharias e da Medicina são mestrados integrados com duração teórica de cinco anos, pelo que não foram incluídos no estudo. Na área da Saúde, também não foram incluídas as licenciaturas em Enfermagem (e outras) com duração teórica de quatro anos.

GRÁFICO 5:

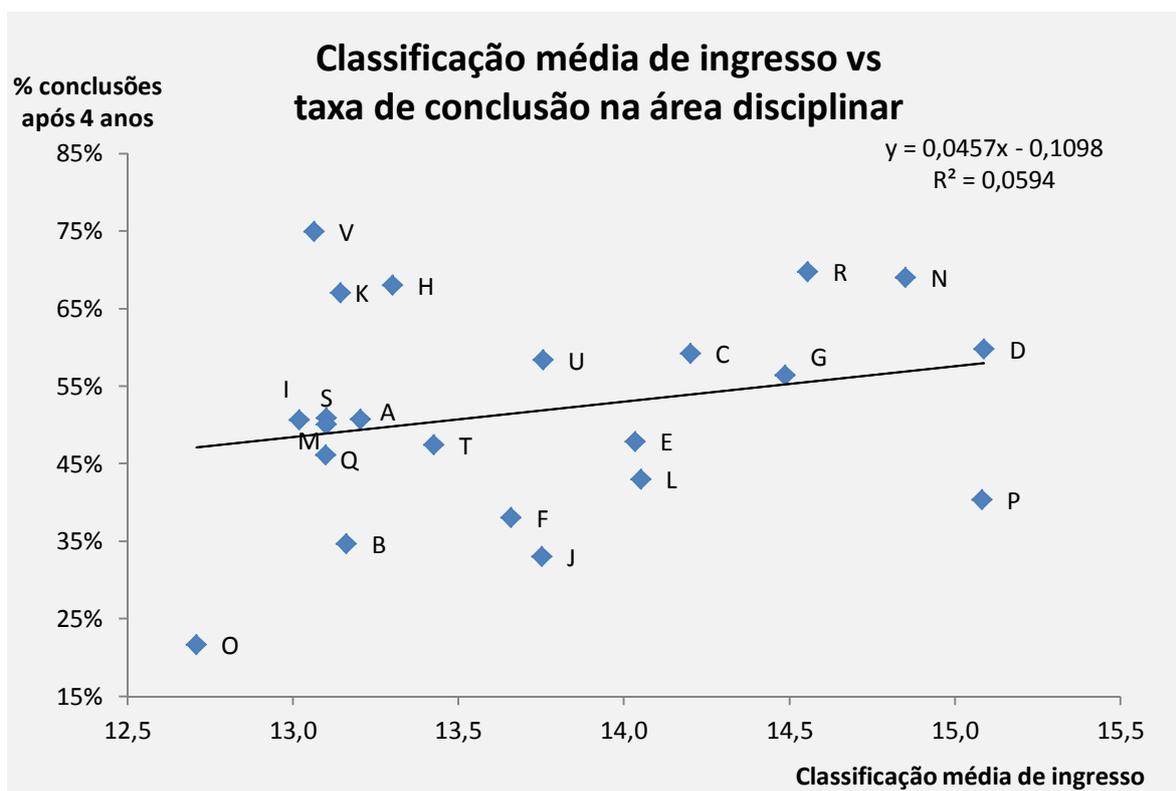


Para melhor compreender as discrepâncias observadas entre áreas disciplinares, no que respeita às taxas de conclusão dos cursos em quatro anos, procurámos confrontar este indicador com as classificações médias de ingresso dos alunos que se inscreveram nos cursos superiores das várias áreas. Com efeito, numa das secções anteriores constatámos a existência de uma correlação extremamente forte, a nível nacional, entre classificações de ingresso e taxas de conclusão do curso em quatro anos (gráfico 3). Tendo esse facto em mente, será que as diferentes médias de ingresso podem explicar as diferentes taxas de conclusão em quatro anos das várias áreas disciplinares? Por outras palavras, será que as médias de ingresso nas licenciaturas em Informática, Engenharia ou Arquitetura são significativamente inferiores às médias de ingresso em licenciaturas de Serviços Sociais, Saúde e Jornalismo, e, por essa via, seja expectável que uma percentagem maior de alunos conclua em quatro anos os cursos destas últimas áreas?

A resposta é que as diferentes médias de ingresso explicam apenas uma (muito) pequena parte das diferenças observadas entre as taxas de sucesso nas várias áreas disciplinares. As razões pelas quais os alunos de cursos de Serviços Sociais concluem os seus cursos mais rapidamente do que os seus colegas de Engenharia, por exemplo, não deverão estar relacionadas com as médias de ingresso, visto estas serem até superiores no caso das Engenharias, mas sim estar relacionadas com diferentes características intrínsecas dos cursos em si.

Esta fraca correlação entre as taxas de conclusão dos cursos das várias áreas disciplinares e as respetivas médias de ingresso pode ser verificada no gráfico de dispersão seguinte, no qual se encontram muitas áreas disciplinares com médias de ingresso semelhantes mas taxas de conclusão muito distintas. Neste gráfico, cada ponto representa uma área disciplinar, de acordo com a legenda fornecida no quadro 1.

GRÁFICO 6:



QUADRO 1:

Cód.	Área de formação	Cód.	Área de formação
A	Agricultura, Silvicultura e Pescas	L	Humanidades
B	Arquitectura e Construção	M	Indústrias Transformadoras
C	Artes	N	Informação e Jornalismo
D	Ciências da Vida	O	Informática
E	Ciências Empresariais	P	Matemática e Estatística
F	Ciências Físicas	Q	Protecção do Ambiente
G	Ciências Sociais e do Comportamento	R	Saúde
H	Ciências Veterinárias	S	Serviços de Segurança
I	Direito	T	Serviços de Transporte
J	Engenharia e Técnicas Afins	U	Serviços Pessoais
K	Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	V	Serviços Sociais

Neste ponto, o leitor mais cético poderá levantar a seguinte questão: se, no gráfico 3, tinham chegado à conclusão que as classificações de ingresso dos alunos têm um grande efeito na sua probabilidade de concluir o curso no tempo previsto, como é que agora, algumas páginas depois, vem esta afirmação de que as médias de ingresso pouco explicam quando falamos de áreas disciplinares? Sucintamente, a resposta é a seguinte: a nível global nacional, tomando o agregado de todos os alunos de todas as áreas disciplinares, é inteiramente verdade que a classificação de ingresso é dos fatores com maior poder preditivo do sucesso no ensino superior; contudo, quando separamos os alunos área a área, constatamos que as classificações de ingresso não são o único fator com influência, e que outras características intrínsecas dos cursos têm também um peso significativo. De facto, estas características dos cursos de diferentes áreas disciplinares – como os diferentes conteúdos, as diferentes formas de estruturar o currículo, de avaliar os alunos e até as diferentes saídas profissionais – têm uma influência tão significativa que podem “mascarar” quase completamente a influência transversal das classificações de ingresso, quando comparamos alunos de áreas distintas. Mais concretamente, embora a nível nacional os alunos que ingressam com 15 tenham maiores probabilidades de sucesso do que os alunos que ingressam com 13, se estivermos em presença de dois cursos com formas de ensinar e avaliar muito distintas, por exemplo, os alunos de 13 que ingressam no curso A podem ter taxas de sucesso superiores aos alunos de 15 que ingressam no curso B.

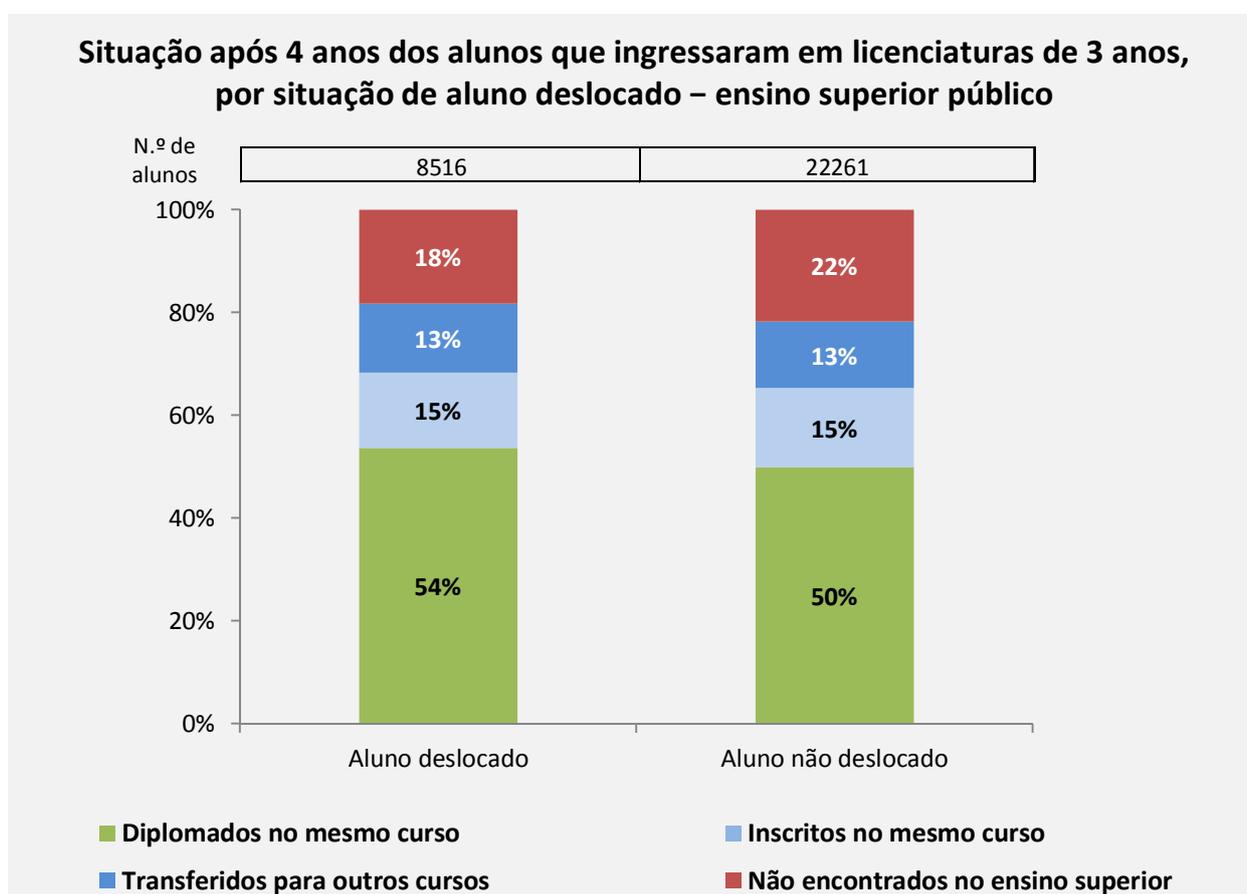
No caso de algumas áreas de formação específicas, além das características e culturas intrínsecas dos cursos da área, também as condições prevaletentes no mercado de trabalho contribuirão para explicar as taxas de sucesso e de abandono observadas. O exemplo paradigmático é o da área de Informática, em que a grande procura de profissionais da área pelo mercado de trabalho desempenhará, provavelmente, um papel não despreciando na justificação das elevadas taxas de abandono observadas entre os seus alunos. Muitos alunos da área de Informática conseguem emprego mesmo antes de completarem a sua licenciatura.

A análise das diferenças observadas entre as várias áreas disciplinares, e mesmo entre os vários cursos da mesma área, é um tema merecedor de aprofundamento futuro.

ALUNOS DESLOCADOS⁷

Na análise dos vários fatores passíveis de influenciar as taxas de sucesso dos alunos no ensino superior, estudámos, em sexto lugar, a condição de deslocação do aluno da sua região original de residência. Por outras palavras, procurámos perceber se os alunos que ingressaram numa instituição de ensino superior localizada fora da região de residência do seu agregado familiar – aqui designados como alunos deslocados – têm taxas de sucesso, após quatro anos, acima ou abaixo dos seus colegas que ingressaram em instituições dentro da sua região. A deslocação regional de um aluno envolve um certo desenraizamento social do indivíduo e, geralmente, custos financeiros adicionais para o seu agregado familiar, por exemplo relacionados com o alojamento. Gostaríamos de tentar perceber até que ponto estas mudanças se refletem, em média, no posterior sucesso dos alunos no ensino superior.

GRÁFICO 7:



Curiosamente, os resultados nacionais indicam que os alunos deslocados têm taxas de abandono ligeiramente inferiores às dos seus colegas não deslocados e que, além disso, conseguem com maior frequência concluir as suas licenciaturas em três ou quatro anos. É verdade que as diferenças observadas entre alunos deslocados e não deslocados são relativamente pequenas mas, em todo o caso, a tese de que o

⁷ Os dados desta secção referem-se apenas aos alunos que ingressaram no ensino superior público através no CNA.

desenraizamento social e os custos adicionais associados à deslocação são bastante prejudiciais para o desempenho dos alunos no ensino superior parece não se confirmar.

Para melhor compreender este fenómeno, experimentámos comparar separadamente os alunos inscritos nas instituições de ensino universitário e nas instituições de ensino politécnico, em vez de os agregar todos no mesmo universo nacional. Os resultados obtidos são semelhantes, quer no ensino universitário, quer no politécnico: os alunos deslocados têm taxas de abandono ligeiramente inferiores, e taxas de conclusão em quatro anos ligeiramente superiores, às dos seus colegas não deslocados. O mesmo acontece se considerarmos apenas os alunos inscritos em IES das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, ou se consideramos apenas os alunos inscritos em IES do resto do país.

Em suma, o melhor desempenho escolar no ensino superior dos alunos deslocados parece ser um fenómeno robusto e transversal. Mas como explicá-lo? Apenas podemos oferecer uma hipótese plausível mas não testada: a hipótese de a disponibilidade para deslocação regional, por parte de um aluno, implicar *a priori* uma motivação para os estudos já razoavelmente forte, em comparação com a média dos seus colegas que preferiram não se deslocar, motivação essa que não se deixará de refletir também no seu desempenho escolar no ensino superior. Ou seja, a disponibilidade para deslocação regional implica já uma pré-seleção dos indivíduos, a qual, provavelmente, não será completamente neutra em termos de motivação média para o trabalho escolar, o que tem consequências nos desempenhos futuros. Por outras palavras ainda, quem está disposto a mudar de região para prosseguir estudos superiores tem, à partida e em termos médios, um nível de empenho que poderá não estar presente em muitos dos seus colegas que preferiram não se deslocar e, como se sabe, maior empenho propicia melhor desempenho.

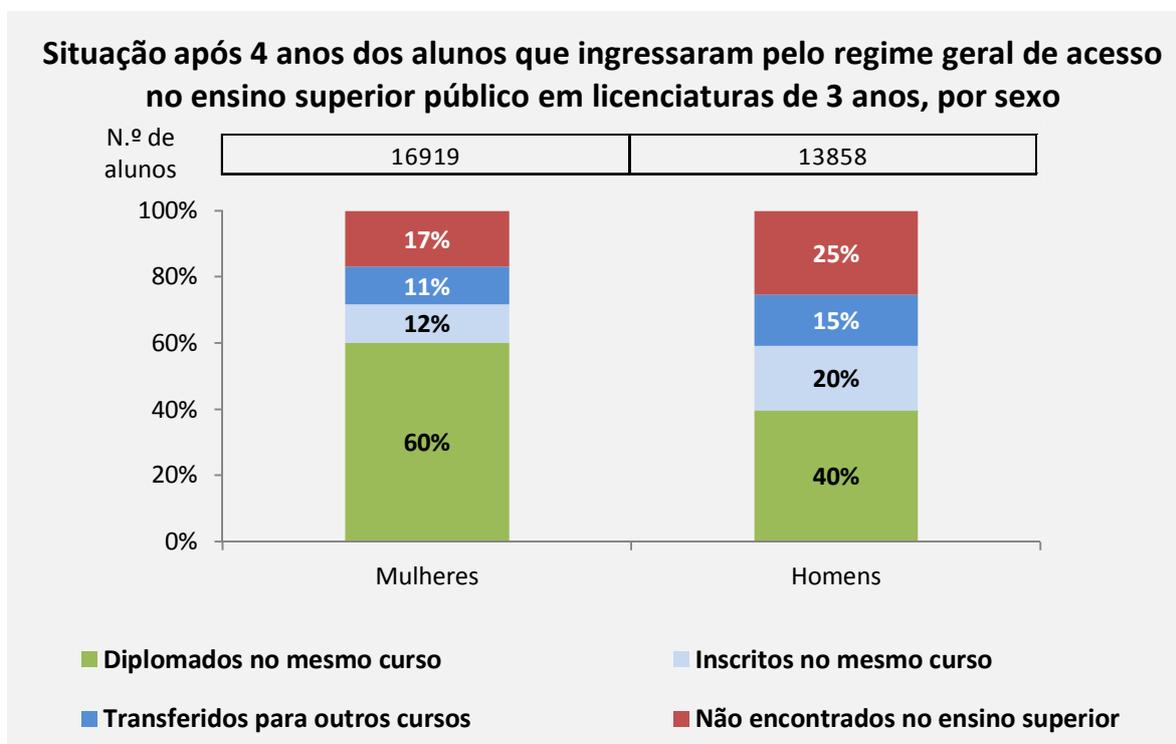
Outra hipótese relacionada é a de que os alunos deslocados, tendo encargos financeiros adicionais associados à frequência do ensino superior, como despesas de alojamento, têm também uma motivação adicional para concluírem a sua licenciatura o mais rapidamente possível, de forma a minimizar os custos para si e para a sua família, o que acaba por se traduzir também em melhor desempenho escolar. Esta hipótese de “minimização dos custos” poderia justificar as taxas mais elevadas de conclusão em quatro anos por parte dos alunos deslocados mas, por si só, não justifica as suas menores taxas de abandono. A maior motivação para não abandonar poderá ser uma consequência da pré-seleção descrita no parágrafo anterior.

DADOS POR SEXO⁸

Ao nível do ensino básico e secundário existem, desde há décadas, estatísticas nacionais mostrando que os resultados escolares das raparigas tendem a ser superiores, em média, aos resultados escolares dos rapazes. Evidências nesse sentido chegam-nos todos os anos através dos resultados dos alunos nos exames nacionais, nas provas de aferição, nas classificações internas e taxas de retenção, nos testes internacionais, etc. Ao nível do ensino superior, todavia, existem menos instrumentos transversais para medição de resultados escolares, logo as evidências a nível nacional sobre este fenómeno são já menos frequentes e fáceis de obter. Será que no ensino superior português as raparigas continuam a apresentar melhores indicadores de sucesso académico do que os rapazes? Ou será que, entre a população de alunos já muito filtrada que chega ao ensino superior, os desempenhos escolares dos alunos de ambos os sexos são comparáveis?

Para procurar responder a esta questão, pelo menos no caso do ensino superior público, analisámos a situação após 4 anos de todos os alunos que ingressaram em 2011/12, através do regime geral de acesso, nas licenciaturas de 3 anos oferecidas por este subsistema de ensino, separando os resultados finais por sexo (gráfico 8). Os dados não deixam grandes dúvidas: a percentagem de mulheres que se diplomaram em 4 anos (60%) é muito superior à percentagem análoga entre os homens (40%). Uma diferença muito expressiva. Também a taxa de abandono do ensino superior após 4 anos é inferior entre as mulheres (17%), quando comparadas com a dos homens (25%).

GRÁFICO 8:



⁸ Os dados desta secção referem-se apenas aos alunos que ingressaram no ensino superior público através no CNA.

Tendo notado anteriormente que as taxas de conclusão em quatro anos dependem fortemente da área disciplinar de estudo, colocou-se a hipótese de estas diferenças entre sexos serem explicadas pelas diferentes áreas disciplinares dos cursos em que, predominantemente, as mulheres e os homens se inscrevem no ensino superior. Para aprofundar esta tese, comparámos os indicadores de sucesso académico dos homens e mulheres que estudaram em licenciaturas da mesma área disciplinar, na hipótese de que agora poderiam já ser semelhantes. Contudo, como se pode verificar no quadro 7 do Anexo, não foi isso que sucedeu: mesmo dentro de cada uma das 22 áreas disciplinares consideradas, sem exceção, as mulheres têm indicadores de sucesso académico melhores do que os dos homens, estejamos a falar de artes, de educação, de direito ou de engenharia.

DADOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PAIS⁹

No caso dos alunos do ensino básico e secundário, o contexto socioeconómico do aluno é uma das variáveis externas mais correlacionadas com os seus resultados escolares. Alunos oriundos de contextos favorecidos têm, em média, resultados francamente superiores aos dos seus colegas de contextos desfavorecidos. O objetivo desta secção é obter uma primeira indicação sobre a força deste efeito no caso do ensino superior.

Como indicadores do contexto socioeconómico do aluno utilizámos o nível de escolaridade da sua mãe e do seu pai, duas das variáveis mais correlacionadas com os resultados escolares no caso do ensino básico e secundário. Como indicadores de resultados no ensino superior utilizámos, à semelhança da restante publicação, as taxas de abandono e as taxas de conclusão das licenciaturas quatro anos após o ingresso.

Os resultados obtidos são ilustrados nos gráficos 9 e 10. Em termos globais, observamos que níveis mais elevados de escolaridade dos pais estão associados a menores taxas de abandono, especialmente no caso de os pais terem, eles próprios, um grau superior. Por outro lado, não se observa uma correlação significativa entre o nível de escolaridade dos pais e as percentagens de conclusão da licenciatura em quatro anos. Em média, os filhos de pais com grau superior não concluíram as suas licenciaturas mais rapidamente do que os filhos de pais com o ensino básico (9.º ano ou menos), pois evidenciam uma maior propensão para se transferirem de curso a meio do seu trajeto no Superior. As percentagens mais elevadas de conclusões em quatro anos registaram-se, curiosamente, no grupo dos filhos de pais cujo nível de escolaridade equivale ao 6.º ano completo.

No caso do ensino básico, o nível de escolaridade dos pais tem uma correlação extremamente forte com os resultados escolares dos alunos¹⁰. No caso de ensino superior, embora ainda exista uma associação visível entre as duas variáveis, especialmente no caso do abandono, a correlação aparenta ser mais fraca. Por exemplo, os nossos indicadores de sucesso no Superior são muito semelhantes entre filhos de pais com o 12.º ano completo e filhos de pais com apenas o 9.º ano, o 6.º ano e mesmo o 4.º ano completos, o que traça um quadro muito distinto do observado nos ensinos básico e secundário. A justificação da diferença observada entre os diversos níveis de ensino advirá, pelo menos em parte, do facto de a população de alunos que frequenta o ensino superior ser um subconjunto já significativamente filtrado da população geral de jovens, com a mesma idade, que havia frequentado o ensino básico e secundários. Os jovens com grandes dificuldades escolares no ensino básico, os quais são desproporcionalmente oriundos de meios socioeconómicos desfavorecidos, nunca chegaram a ingressar no ensino superior. Ou seja, os filhos de pais com baixa escolaridade que, apesar dos ventos contrários, conseguem terminar o ensino secundário e ingressar no ensino superior serão, em média, jovens com desempenhos escolares e níveis de resiliência francamente acima da média entre os alunos oriundos de contextos desfavorecidos. Assim sendo, é expectável que o seu posterior desempenho no ensino superior seja mais comparável ao desempenho dos alunos oriundos de meios socioeconómicos favorecidos.

⁹ Os dados desta secção referem-se apenas aos alunos que ingressaram no ensino superior público através no CNA.

¹⁰ Ver, por exemplo, a publicação de 2016 da DGEEC: “Desigualdades socioeconómicas e resultados escolares”.

GRÁFICO 9:

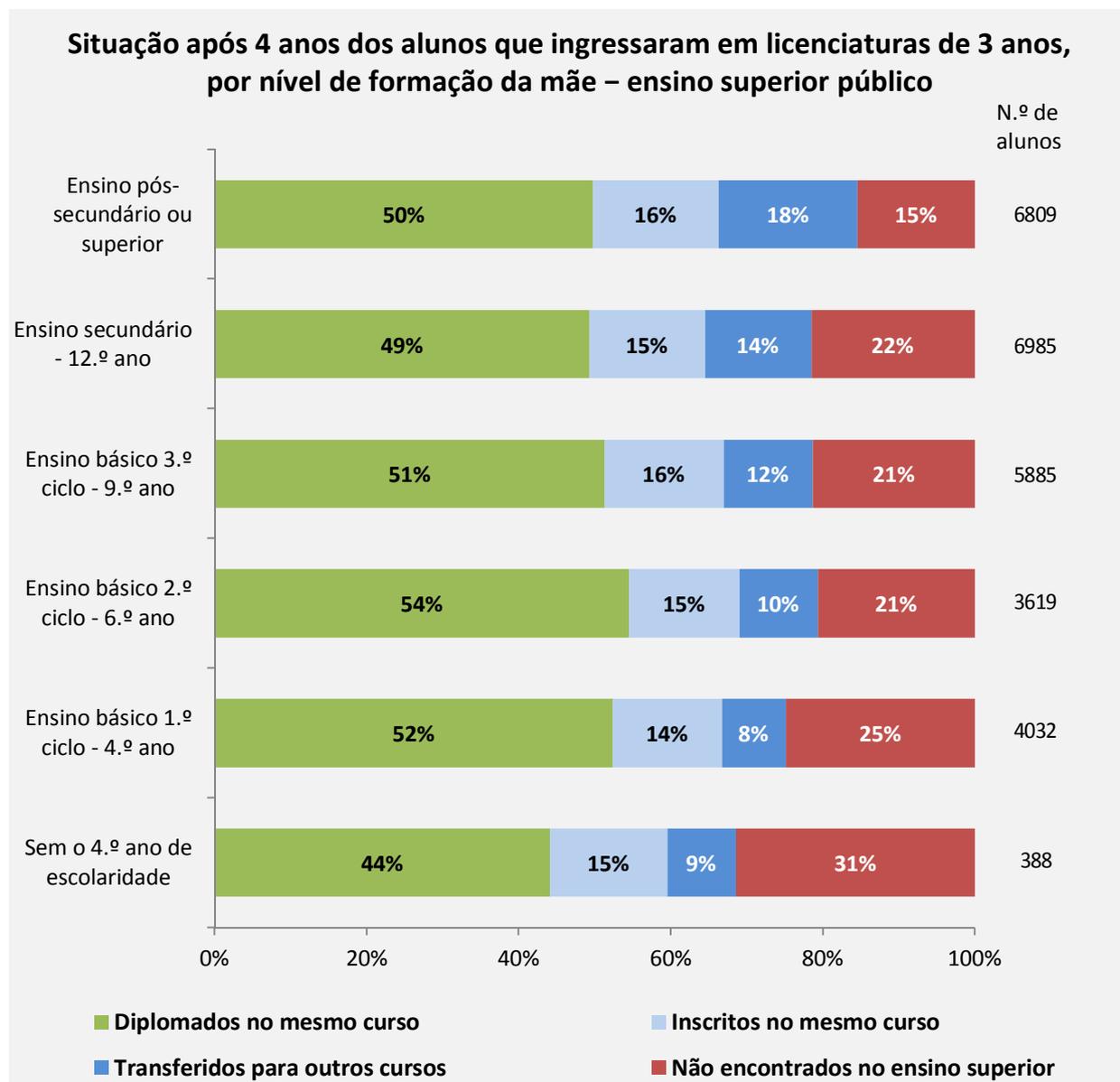
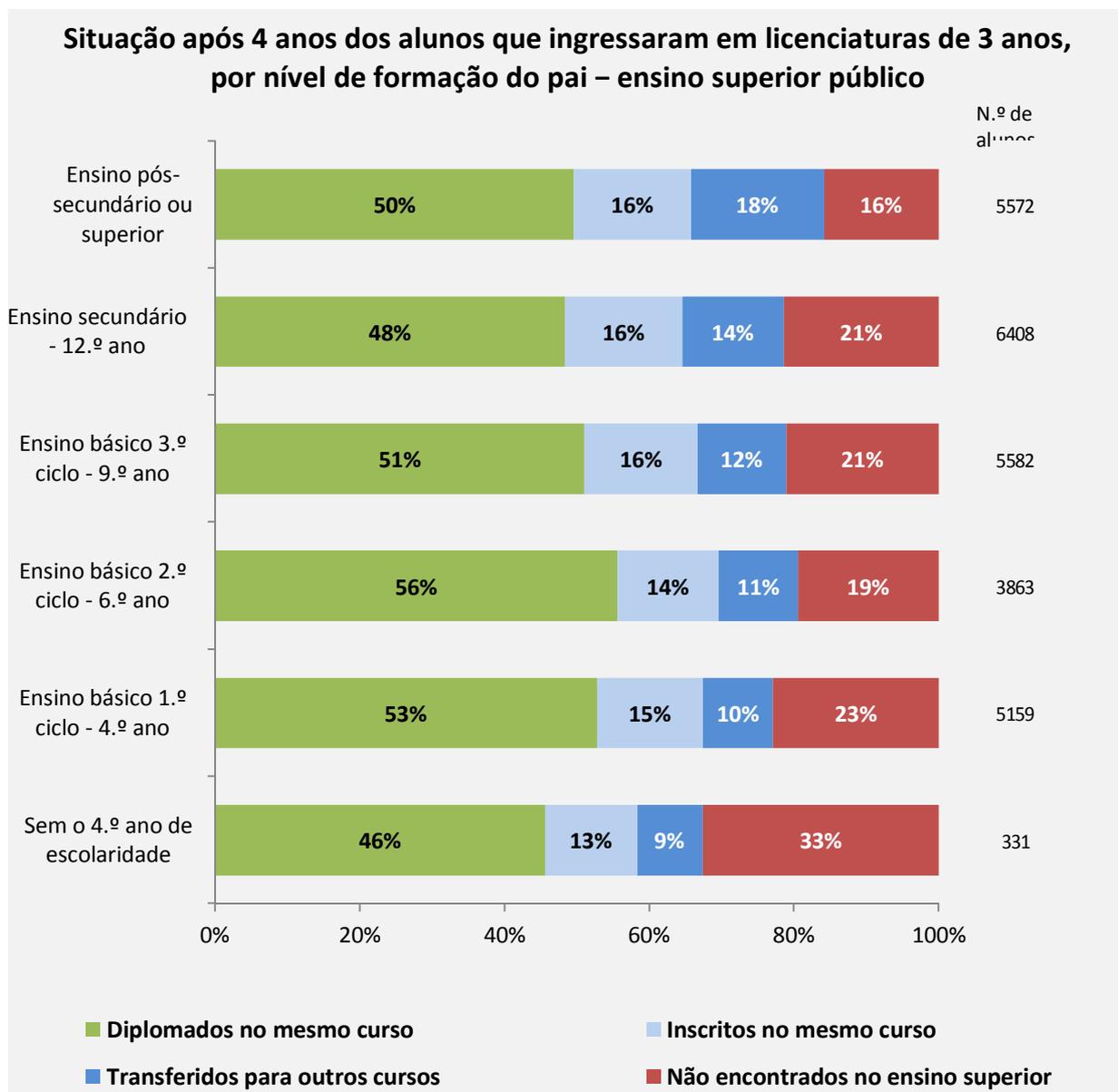


GRÁFICO 10:



ANEXOS: TABELAS

Quadro 1: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos, por subsistema de ensino

Subsistema de ensino superior	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidos para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	51898	46%	14%	11%	29%
Público Universitário	21780	47%	15%	12%	26%
Público Politécnico	20017	44%	16%	10%	30%
Privado Universitário	7564	46%	10%	13%	31%
Privado Politécnico	2537	47%	8%	7%	38%

Quadro 2: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos do ensino superior público, por regime de ingresso

Regime de ingresso	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidos para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	41797	46%	15%	11%	28%
Regime geral de acesso	30777	51%	15%	13%	21%
Provas para maiores de 23 anos	4079	30%	15%	5%	50%
Mudança de curso	3051	32%	16%	7%	44%
Titulares de diploma de especialização tecnológica	1292	39%	22%	6%	33%
Titulares de cursos médio e superiores	1279	30%	12%	8%	50%
Transferência	955	20%	12%	7%	62%
Bolseiros nacionais de países africanos de expressão portuguesa	284	24%	23%	11%	42%
Atletas com estatuto de alta competição	35	43%	23%	14%	20%
Cidadãos portugueses bolseiros no estrangeiro ou funcionários públicos em missão oficial no estrangeiro e seus familiares	12	58%	25%	17%	0%
Naturais e filhos de naturais de Timor Leste	11	27%	36%	9%	27%
Funcionários estrangeiros de missão diplomática e seus familiares	11	18%	9%	27%	45%
Funcionários portugueses de missão diplomática e seus familiares	10	20%	30%	30%	20%
Oficiais do quadro permanente das Forças Armadas Portuguesas	1	100%	0%	0%	0%

Quadro 3: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos do ensino superior privado, por nota de ingresso

Nota de ingresso	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidos para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	30777	51%	15%	13%	21%
10	448	19%	19%	8%	54%
11	1445	28%	20%	12%	39%
12	4337	38%	19%	16%	27%
13	6723	44%	18%	14%	24%
14	6501	52%	16%	13%	20%
15	5056	58%	13%	12%	17%
16	3431	65%	10%	13%	12%
17	1830	70%	8%	12%	9%
18	785	74%	7%	11%	8%
19	209	80%	6%	9%	5%
20	12	83%	0%	8%	8%

Quadro 4: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos do ensino superior público, por opção de ingresso - ingressos através do regime geral de acesso

Opção de ingresso	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidos para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	30777	51%	15%	13%	21%
1.ª opção	19676	53%	15%	11%	21%
2.ª opção	5641	50%	15%	15%	20%
3.ª opção	2771	48%	15%	19%	18%
4.ª opção	1338	44%	14%	20%	22%
5.ª opção	868	42%	15%	22%	22%
6.ª opção	474	38%	15%	26%	20%
Desconhecido	9	67%	11%	11%	11%

Quadro 5: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos do ensino superior público, por área de formação - ingressos através do regime geral de acesso

Área de formação do curso (CNAEF)	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidos para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	30777	51%	15%	13%	21%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	327	51%	21%	14%	15%
Arquitectura e Construção	585	35%	23%	20%	22%
Artes	3037	59%	8%	10%	23%
Ciências da Vida	1696	60%	14%	16%	10%
Ciências Empresariais	6573	48%	16%	11%	24%
Ciências Físicas	862	38%	19%	21%	22%
Ciências Sociais e do Comportamento	3435	56%	13%	12%	19%
Ciências Veterinárias	119	68%	13%	9%	10%
Direito	581	51%	14%	9%	26%
Engenharia e Técnicas Afins	3992	33%	28%	20%	19%
Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	1504	67%	7%	8%	18%
Humanidades	2009	43%	12%	16%	29%
Indústrias Transformadoras	383	50%	21%	16%	12%
Informação e Jornalismo	980	69%	4%	10%	16%
Informática	457	22%	24%	19%	36%
Matemática e Estatística	332	40%	22%	23%	15%
Protecção do Ambiente	208	46%	22%	17%	15%
Saúde	477	70%	8%	17%	6%
Serviços de Segurança	71	51%	7%	20%	23%
Serviços de Transporte	78	47%	26%	6%	21%
Serviços Pessoais	2240	58%	13%	8%	21%
Serviços Sociais	804	75%	3%	6%	16%
Desconhecido ou não especificado	27	41%	22%	22%	15%

Quadro 6: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos do ensino superior público, por situação de aluno deslocado - ingressos através do regime geral de acesso

Aluno deslocado	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidos para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	30777	51%	15%	13%	21%
Aluno deslocado	8516	54%	15%	13%	18%
Aluno não deslocado	22261	50%	15%	13%	22%

Quadro 7: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos do ensino superior público, por sexo - ingressos através do regime geral de acesso

Área de formação do curso (CNAEF)	Sexo	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidos para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	H	13858	40%	20%	15%	25%
	M	16919	60%	12%	11%	17%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	H	172	43%	27%	10%	20%
	M	155	59%	14%	17%	9%
Arquitectura e Construção	H	357	29%	21%	23%	26%
	M	228	43%	26%	16%	15%
Artes	H	1222	50%	11%	10%	29%
	M	1815	65%	7%	10%	19%
Ciências da Vida	H	570	50%	19%	16%	16%
	M	1126	65%	12%	16%	7%
Ciências Empresariais	H	2828	38%	19%	13%	29%
	M	3745	55%	14%	10%	21%
Ciências Físicas	H	441	30%	19%	23%	28%
	M	421	47%	19%	18%	16%
Ciências Sociais e do Comportamento	H	1409	50%	14%	14%	22%
	M	2026	61%	11%	10%	17%
Ciências Veterinárias	H	21	57%	24%	10%	10%
	M	98	70%	10%	9%	10%
Direito	H	174	39%	11%	13%	37%
	M	407	56%	16%	7%	21%
Engenharia e Técnicas Afins	H	3195	29%	30%	20%	21%
	M	797	50%	23%	18%	10%
Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	H	152	47%	6%	14%	34%
	M	1352	69%	7%	8%	16%
Humanidades	H	725	39%	13%	15%	32%
	M	1284	45%	11%	16%	27%
Indústrias Transformadoras	H	145	34%	24%	24%	18%
	M	238	60%	19%	12%	9%
Informação e Jornalismo	H	285	60%	6%	12%	22%
	M	695	73%	4%	9%	14%
Informática	H	389	18%	25%	19%	38%
	M	68	41%	15%	19%	25%
Matemática e Estatística	H	134	29%	22%	27%	22%
	M	198	48%	22%	20%	11%
Protecção do Ambiente	H	111	35%	27%	19%	19%
	M	97	59%	16%	14%	10%
Saúde	H	79	56%	11%	14%	19%
	M	398	73%	7%	17%	3%

Serviços de Segurança	H	32	31%	6%	25%	38%
	M	39	67%	8%	15%	10%
Serviços de Transporte	H	60	43%	30%	5%	22%
	M	18	61%	11%	11%	17%
Serviços Pessoais	H	1274	52%	15%	9%	24%
	M	966	67%	10%	6%	17%
Serviços Sociais	H	73	52%	3%	10%	36%
	M	731	77%	3%	5%	14%
Desconhecido ou não especificado	H	10	20%	40%	30%	10%
	M	17	53%	12%	18%	18%

Quadro 8: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos do ensino superior público, por nível de escolaridade da mãe - ingressos através do regime geral de acesso

Nível escolar da mãe	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidas para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	30777	51%	15%	13%	21%
Sem o 4.º ano de escolaridade	388	44%	15%	9%	31%
Ensino básico 1.º ciclo - 4.º ano	4032	52%	14%	8%	25%
Ensino básico 2.º ciclo - 6.º ano	3619	54%	15%	10%	21%
Ensino básico 3.º ciclo - 9.º ano	5885	51%	16%	12%	21%
Ensino secundário - 12.º ano	6985	49%	15%	14%	22%
Ensino pós-secundário ou superior	6809	50%	16%	18%	15%
Desconhece	3059	52%	13%	12%	23%

Quadro 9: Situação dos alunos 4 anos após o seu ingresso num curso de licenciatura de 3 anos do ensino superior público, por nível de escolaridade do pai - ingressos através do regime geral de acesso

Nível escolar do pai	N.º de alunos	Diplomados no mesmo curso	Inscritos no mesmo curso	Transferidos para outros cursos	Não encontrados no ensino superior
Totais	30777	51%	15%	13%	21%
Sem o 4.º ano de escolaridade	331	46%	13%	9%	33%
Ensino básico 1.º ciclo - 4.º ano	5159	53%	15%	10%	23%
Ensino básico 2.º ciclo - 6.º ano	3863	56%	14%	11%	19%
Ensino básico 3.º ciclo - 9.º ano	5582	51%	16%	12%	21%
Ensino secundário - 12.º ano	6408	48%	16%	14%	21%
Ensino pós-secundário ou superior	5572	50%	16%	18%	16%
Desconhece	3862	51%	13%	13%	23%

NOTA METODOLÓGICA

O *Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior* (RAIDES) é um inquérito anual, de âmbito nacional, dirigido a todas as instituições de ensino superior. É um instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 22/2008, de 13 de maio), de resposta obrigatória.

Os inquéritos RAIDES 11, RAIDES 12, RAIDES 13, RAIDES 14 e RAIDES 15 recolheram informação sobre os alunos inscritos no ensino superior nos anos letivos 2011/12, 2012/13, 2013/14, 2014/15 e 2015/16, respetivamente, e sobre os alunos diplomados nos anos letivos 2010/11, 2011/12, 2012/13, 2013/14 e 2014/15.

O estudo de seguimento apresentado na presente publicação incidiu sobre os alunos que se inscreveram no 1.º ano, pela 1.ª vez, no ano letivo 2011/12, em cursos de licenciatura com duração teórica de três anos, em que a informação da duração é a constante no registo do curso na Direção-Geral de Ensino Superior. Foram excluídos do exercício de seguimento todos alunos que, em 2011/12, se inscreveram em instituições de ensino militar ou policial, assim como todos os estudantes matriculados em instituições portuguesas ao abrigo de programas de mobilidade internacional. Se um curso de licenciatura, existente em 2011/12, mudou de designação e de código de curso algures durante os quatro anos seguintes, então todos os alunos que nele se inscreveram em 2011/12 foram também excluídos do exercício de seguimento individual.

A metodologia seguida baseia-se no cruzamento da informação relativa aos alunos inscritos no RAIDES 11 com os matriculados e diplomados dos RAIDES 12, RAIDES 13, RAIDES 14 e RAIDES 15, de forma a classificar a sua situação ao final dos 4 anos nas seguintes categorias, mutuamente exclusivas:

1. Diplomados no mesmo curso em que se inscreveram inicialmente;
2. Ainda não diplomados, mas continuam inscritos no mesmo curso;
3. Transferidos para outros cursos;
4. Não encontrados no ensino superior português.

À categoria dos “diplomados no mesmo curso” pertencem todos os alunos que, na sequência da sua primeira inscrição no curso, no início de 2011/12, obtiveram o diploma final do curso algures no período que decorreu até ao final do ano letivo 2014/15.

Na categoria dos “inscritos no mesmo curso” pertencem todos os alunos que, não se tendo diplomado no curso até ao final de 2014/15, continuavam inscritos no mesmo curso no ano letivo 2015/16.

Na categoria dos “transferidos para outros cursos” estão todos os alunos que, não se tendo diplomado no curso até ao final de 2014/15, nem estando inscritos no curso em 2015/16, estavam, contudo, inscritos num outro qualquer curso superior neste último ano letivo. Nesta categoria estão também os alunos que, não estando diplomados nem inscritos no mesmo curso em 2015/16, estiveram inscritos e obtiveram um diploma num outro curso superior algures entre o final de 2011/12 e o final de 2014/15.

Finalmente, na categoria dos “não encontrados no ensino superior português”, estão todos os alunos que não pertencem a nenhuma das categorias anteriores e não foram encontrados como inscritos no ensino superior em 2015/16.

A opção por apurar a situação dos alunos quatro anos após o seu ingresso na licenciatura, e não após os três anos correspondentes à duração teórica exata do curso, permite associar à categoria de sucesso **1.** aqueles alunos que obtêm o seu diploma poucos meses depois do término oficial do ano letivo, bem como aqueles alunos que, devido a uma ou duas "cadeiras atrasadas", não terminaram o curso exatamente no tempo previsto. Dada a variabilidade demográfica da população de alunos que frequenta o ensino superior, a flexibilidade curricular deste nível de ensino, a existência de programas de mobilidade internacional e os imponderáveis que surgem ao longo destes três anos de descoberta, a opção pela avaliação após quatro anos pareceu-nos razoável, desde que aplicada consistentemente. Por outro lado, a morosidade do processo de seguimento individual dos alunos, aliada à maior extensão temporal do período de acumulação de dados, não nos permitem ainda determinar a situação dos alunos cinco ou mais anos após o seu ingresso.

É de salientar ainda que o exercício de ligação das diversas bases de dados de alunos inscritos e diplomados está sujeito a falhas quando a informação de identificação dos indivíduos inserida nas bases de dados não é totalmente correta. Isto pode acontecer, por exemplo, quando existem erros de digitação em (simultaneamente) dois dos seguintes campos de identificação: número do documento de identificação, data de nascimento, nome completo. Nestes casos, no exercício de seguimento individual ao longo dos anos, o aluno pode não ser encontrado a partir de determinado ponto, muito embora continue inscrito no ensino superior, constituindo-se a falha de cruzamento como um falso abandono. Embora não possamos medir de forma rigorosa a frequência destas falhas, estimativas de robustez mostram que estes casos têm uma expressão reduzida nos resultados finais dos apuramentos, sempre inferior a 5% dos registos cruzados. Esta margem de erro será menor ainda, de futuro, quando estiver em pleno funcionamento o sistema de identificadores persistentes de alunos *Estudante ID*.